

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo
Romão Avila Milhan Junior
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****RESOLUÇÃO Nº 38/2023-PGJ, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023.**

Altera o Anexo da Resolução nº 30/2020-PGJ, de 25 de junho de 2020.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 7º, inciso V, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o Anexo da Resolução nº 30/2020-PGJ, de 25 de junho de 2020, conforme o Anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, MS, 23 de outubro de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5737/2023-PGJ, DE 23.10.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Convocar os membros do Ministério Público Estadual que atuam nas comarcas de Bandeirantes, Campo Grande, Dois Irmãos do Buriti, Nioaque, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro, Sidrolândia e Terenos e seus respectivos assessores jurídicos para participarem do Encontro Regional do MPMS no dia 27.10.2023, no Auditório Dr. Nereu Aristides Marques, na sede do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, na Rua Pres. Manuel Ferraz de Campos Salles, nº 214, Jardim Veraneio, em Campo Grande, desde que não haja qualquer prejuízo à continuidade dos trabalhos afetos às respectivas unidades de serviço.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5006/2023-PGJ, DE 20.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Julio Bilemjian Ribeiro 30 (trinta) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos no período de 21.8 a 19.9.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2023.00008653-1).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 5005/2023-PGJ, DE 20.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, à Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa 15 (quinze) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos no período de 1º a 15.9.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2023.00008651-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 5004/2023-PGJ, DE 20.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, à Promotora de Justiça Juliana Nonato 20 (vinte) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos no período de 1º a 20.9.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2023.00008650-9).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 5003/2023-PGJ, DE 20.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Procurador de Justiça Silasneiton Gonçalves 20 (vinte) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos no período de 1º a 20.9.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2023.00008648-6).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 5082/2023-PGJ, DE 20.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Paulo Leonardo de Faria 30 (trinta) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos no período de 1º a 30.9.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2023.00009098-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 5734/2023-PGJ, DE 23.10.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Milleny Alves de Carvalho para exercer o cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei n° 4.134, de 6 de dezembro de 2011, no Núcleo Ambiental, decorrente da exoneração de Jéssica Pereira Lopes.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA N° 5699/2023-PGJ, DE 20.10.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução n° 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Keila Fabrícia Gongora Rodrigues, ocupante do cargo efetivo de Técnica II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Corumbá e designada para prestar serviços na 2ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 2ª Promotoria de Justiça de Ribas do Rio Pardo, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, no período de 16 a 20.10.2023.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA N° 5730/2023-PGJ, DE 20.10.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução n° 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Thiago Russo Nantes, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Divisão de Monitoramento de Metas e Indicadores Estratégicos no período de 16 a 25.10.2023, em razão de afastamento do titular, Pedro Henrique Cavalcante de Oliveira.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° 5731/2023-PGJ, DE 20.10.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Louise Isabelita Lima de Brites Padovan, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 31ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 42ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 23.10 a 1º.11.2023, em razão de afastamento da servidora Natália Arima Xavier Castro, Técnica I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA N° 5732/2023-PGJ, DE 20.10.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Carolina Pontes Andreussi, ocupante do cargo efetivo de Analista, área de atividade Direito, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, exercer, em substituição, a Função de Confiança FC-1 no período de 16 a 19.10.2023, em razão de afastamento do servidor Fabiano Alves Davy.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA N° 5733/2023-PGJ, DE 20.10.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Giulliano Miyamoto Luna, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Setor de Serviços de Tecnologia da Informação no período de 16 a 25.10.2023, em razão de afastamento do titular, Jean Augusto Fialho Ajala.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**CONSELHO SUPERIOR****PAUTA DA 20ª SESSÃO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE INICIARÁ NO DIA 6 DE NOVEMBRO DE 2023.****1. Expedientes:****1.1. Comunicação das promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos, para ciência:****1. 43ª Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00011497-3.

2. 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00008651-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00011087-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00004147-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00004542-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00008242-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00004383-1.

3. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00007100-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00009968-1.

4. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Caarapó:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00008983-5.

5. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00011335-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003522-0.

6. 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002095-9.

7. 33ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00009880-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00010859-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00010970-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003025-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003304-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00004446-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00004628-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00005293-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00005561-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00006054-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00007160-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00007562-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00007581-2.

1.2. Análise das prorrogações de prazo de Inquéritos Cíveis e Procedimentos Preparatórios, conforme o art. 122 do Regimento Interno do CSMP:**1.2.1. Conselheira LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:****1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00009616-2:****11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**



Inquérito Civil nº 06.2018.00000438-8.

3ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001879-3.

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000441-6.

34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000367-9.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000357-5.

Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000409-6.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000560-0.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000711-0.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000586-2.

30ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000723-8.

4ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

Inquérito Civil nº 06.2021.00001509-3.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000435-6.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000651-0.

16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000482-7.

2. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.000010532-3:

Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001750-6.

Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000696-8.

Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho

Inquérito Civil nº 06.2019.00000986-5.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brillante:

Inquérito Civil nº 06.2019.00001548-9.

Inquérito Civil nº 06.2021.00001285-2.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000339-0.

Promotoria de Justiça da comarca de Angélica:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000512-9.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000550-0.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Mundo Novo:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000836-3.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000850-8.

Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000930-7.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000576-0.

1.2.2. Conselheira FILOMENA APARECIDA DEPÓLITO FLUMINHAN:**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00009617-3:****Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:**

Inquérito Civil nº 06.2017.00000693-8.

11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Inquérito Civil nº 06.2018.00000032-6.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001914-8.

34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000375-0.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000228-0.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000366-8.

Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000401-9.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000488-5.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Mundo Novo:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000589-5.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000104-8.

26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000384-6.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Paranaíba:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000657-6.

Promotoria de Justiça da comarca de Pedro Gomes:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000808-5.

Promotoria de Justiça da comarca de Brasilândia:

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000264-0.

1.2.3. Conselheiro ROGÉRIO AUGUSTO CALÁBRIA DE ARAÚJO:**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00010534-5:****2ª Promotoria de Justiça da comarca de Jardim:**

Inquérito Civil nº 06.2020.00001309-1.

Promotoria de Justiça da comarca de Angélica:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000638-3.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000725-0.

**76ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00000799-3.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000923-0.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brillante:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000733-8.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000802-6.

Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000810-4.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000917-0.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000987-0.

67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000874-8.

10ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Inquérito Civil nº 06.2021.00001100-9.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000720-9.

26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000819-6.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000851-9.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000924-0.

2. Ordem do dia:**2.1. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:****2.1.1. RELATORA-CONSELHEIRA IRMA VIEIRA DE SANTANA E ANZOATEGUI:****1. Procedimento Preparatório nº 06.2022.00001576-4**

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Anônimo

Requerido: Baiano Rifas

Assunto: Apurar eventual irregularidade em site de rifas, constante na ausência de informações sobre regramento e/ou orientação ao consumidor, bem como indícios de que o sorteio seja atrelado aos números da loteria federal, o que ensejaria em tese contravenção penal.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00000728-1

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ribas do Rio Pardo

Assunto: Apurar as condições físicas da estrutura e dos bens móveis pertencentes à Escola Rural Municipal situada na Fazenda Maringá, Zona Rural do Município de Ribas do Rio Pardo.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00000823-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Odorico Amaral Filho

Assunto: Apurar informações que indicam potencial prejuízo ambiental na Fazenda Guaicurus, de propriedade de Odorico Amaral Filho.

Advogados: José Elnicio Moreira de Souza – OAB/MS nº 6.275 e Ivan Alves Cavalcanti OAB/MS nº 13.164.

**4. Inquérito Civil nº 06.2020.00001246-0**

1ª Promotoria de Justiça do Meio da comarca de Anaurilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Ilson Pedroso e Zilda Zacaroni Pedroso

Assunto: Apurar desmatamento possivelmente ilegal de 64,1 ha de vegetação nativa, no bioma Mata Atlântica, ocorridos na Fazenda Arco Íris, no município de Anaurilândia/MS, constatados pelo Parecer Nugeo nº 322/20 e pelo Relatório de Informações Complementares nº 005/2ºGPM/2020.

5. Inquérito Civil nº 06.2021.00000229-8 – SIGILOSO

7ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

6. Inquérito Civil nº 06.2021.00001182-0

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul - SES/MS

Assunto: Apurar suposta inconformidade do período de 02 (dois) anos de mandato estabelecido aos membros do Conselho Estadual de Saúde no Regimento Interno do CES, apontada no Relatório de Apuração de Denúncia n. 3.588/2021, elaborado pela Coordenadoria Estadual de Controle, Avaliação e Auditoria – CECAA.

7. Inquérito Civil nº 06.2022.00000508-8

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ponta Porã

Assunto: Apurar possível repercussão na seara do patrimônio público e social e no âmbito de aplicação da Lei nº 8.429/92 dos atos que deram ensejo à rejeição das contas do Município de Ponta Porã nos exercícios financeiros de 2014 e 2016.

8. Inquérito Civil nº 06.2022.00001066-9

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Augusto do Amaral

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar as irregularidades constatadas durante vistoria na UAIFA I, em atendimento à Recomendação nº 60/2017-CNMP e à Instrução Normativa nº 2/2019/CGMP.

2.1.2. RELATOR-CONSELHEIRO EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:**1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000580-3**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Brilhante

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeitura Municipal de Rio Brilhante

Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública, consistente na utilização de servidores comissionados em atividades que seriam afetas à rotina diária e serviços permanentes da Administração Pública, que, por sua natureza, deveriam ser realizadas por servidores efetivos, com possível burla à nomeação de aprovados em concurso público.

Procuradores do Município: Viviane Lima Silva – OAB/MS nº 19.221 e Ericomar Correia de Oliveira – OAB/MS nº 10.089.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000913-9 – SIGILOSO

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Advogado: Laura Jaber Abdullah Costa – OAB/MS nº 21.091.

3. Inquérito Civil nº 06.2021.00000514-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos Luís Fernando Nunes Rondão Filho

Assunto: Apurar a supressão de 5,45 hectares dentro da reserva legal da Fazenda "Morada do Sol", conforme auto de infração n. 1823 da PMA e laudo 033/2020 do NUGEO/Bonito.

**4. Inquérito Civil nº 06.2022.00000368-0**

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a falta de inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) da Fazenda "Rancho Alegre", área desmembrada, matrícula n. 210.518 (254.852 e 254.854).

5. Inquérito Civil nº 06.2023.00000094-2

76ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Secretaria Municipal de Saúde e Clínica de Reabilitação "Os Filhos de Maria"

Assunto: Apurar a falta de inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) da Fazenda "Rancho Alegre", área desmembrada, matrícula n. 210.518 (254.852 e 254.854).

6. Inquérito Civil nº 06.2023.00000952-2

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Carlos de Castro Neto

Assunto: Apurar a supressão de 14,74 hectares de vegetação nativa remanescente (ID 1004), no período de 25/02/2022 a 30/07/2022, no interior do imóvel rural "Fazenda São Lourenço", matrícula n.º 11.544, CARMS0020471, sem a autorização do órgão ambiental competente.

7. Inquérito Civil nº 06.2020.00000395-0

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apuração da notícia de que servidores públicos municipais concursados para o cargo de vigia estariam em desvio de função.

8. Inquérito Civil nº 06.2017.00002103-9

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Fátima do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação da "Ekipe Serviços Ltda." pelo Município de Jateí.

2.1.3. RELATORA-CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:**1. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2023.00005822-4**

43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Recorrente: Edinado Ferreira

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Conhecer manifestação acerca de possível irregularidade para registro presencial de reclamação junto ao PROCON, ocorrida nos dias 7 e 10 de julho de 2023.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00003442-7

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Fátima do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ilegalidade na percepção simultânea de remunerações por parte de servidores públicos do Município de Fátima do Sul, migrado dos autos físicos n. IC 06/2016.

3. Inquérito Civil nº 06.2019.00000769-0

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Paulo Cesar Lima Silveira

Assunto: Apurar eventual violação ao princípio da pessoalidade na contratação de agentes de endemias pelo Município de Ribas do Rio Pardo.

**4. Inquérito Civil nº 06.2020.00001166-0**

76ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: ABCG - Associação Beneficente de Campo Grande

Assunto: Apurar irregularidades apontadas no Relatório de Vistoria 117/2020/MS, do CRM, referente ao setor de Ortopedia e Traumatologia da Associação Beneficente de Campo Grande - ABCG (Santa Casa).

5. Inquérito Civil nº 06.2020.00001371-4

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Itapeva Florestal Ltda, Abel Gimenez Neto

Assunto: Averiguar o desmatamento de 82.92 ha de vegetação nativa em áreas de fitofisionomia de Savana Arborizada - Sem floresta-de-galeria (Sas) e Savana Gramíneo-lenhosa e Arborizada (Sa+Sd), sem autorização do órgão competente, na Fazenda Nossa Senhora Aparecida localizada em Ribas do Rio Pardo/MS, conforme Parecer n. 213/20/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

6. Inquérito Civil nº 06.2021.00000197-7

76ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Hospital Regional de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar a inadequação na variedade das refeições servidas no Hospital Regional de Mato Grosso do Sul - HRMS aos pacientes e funcionários.

7. Inquérito Civil nº 06.2021.00000278-7

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Nelson Arruda Fialho

Assunto: Apurar possível desmatamento ilegal de 318,02 ha, ocorrido na propriedade rural com CARMS 43.212, de Nelson Arruda Fialho, no município de Aquidauana/MS.

8. Inquérito Civil nº 06.2021.00000374-2

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar danos ambientais causados na QUADRA 28, inscrição imobiliária n. 09000030012.

9. Inquérito Civil nº 06.2021.00000681-7 – SIGILOSO

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

10. Inquérito Civil nº 06.2022.00000008-2

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Investigar a regularidade jurídica dos procedimentos operacionais adotados pelas Polícias Civil e Militar, em atuação em Camapuã/MS, acompanhando as investigações dos casos que resultaram em morte decorrente da intervenção policial, no mês de dezembro/2021, implementando, caso necessário, medidas de orientação e integração.

11. Inquérito Civil nº 06.2022.00000362-4

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a falta de inscrição da propriedade Fazenda Rancho Alegre, matrícula 28.529, no Cadastro Ambiental Rural, o que, em tese, descumpra o art. 29, §3º, do Código Florestal.

12. Inquérito Civil nº 06.2022.00001111-3

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã



Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Luiz Alberto Siqueira Cristovão

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 0,7710 hectares de vegetação nativa, na Fazenda Divino Espírito Santo e Bom Jesus, em Taquarussu/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração/IMASUL n. 008539/2021.

13. Inquérito Civil nº 06.2023.00000106-3

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Vanderlei Nantes

Assunto: Apurar desmatamento de 3.8 hectares, no Sítio Vitória, em Terenos/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatório de Fiscalização Ambiental nº 220/BPMA/2022.

14. Inquérito Civil nº 06.2023.00000561-5 – SIGILOSO

76ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande

2.1.4. RELATOR-CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:

1. Inquérito Civil nº 06.2017.00002310-4

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual possibilidade de desobstrução de via pública no distrito de Silviolândia, no município de Coxim/MS.

2. Inquérito Civil nº 06.2022.00001061-4

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Anibal Paula de Souza, Laercio Mota de Castro, Leniuda Dabid Rosa e Vinicius Martins Rezende

Assunto: Apurar a irregularidade jurídica ambiental referente a supressão de 2,48 hectares em área de vegetação nativa, na Fazenda Córrego do Retiro Velho e Fazenda Retiro Velho (CARMS0019046), em Alcínópolis/MS, sem autorização de autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 286/22/NUGEO (PROGRAMA DNA AMBIENTAL).

3. Inquérito Civil nº 06.2022.00001540-9

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Brilhante

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fernando Hernandes Pereira

Assunto: Apurar a prática de dano ambiental decorrente do uso indevido da reserva legal do assentamento Sílvia Rodrigues, no município de Rio Brilhante/MS, conforme narrado no Laudo de Constatação nº 10387, realizado pelo IMASUL.

Advogada: Michell Moreira Caiçara – OB/MS nº 20.078.

2.1.5. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:

1. Inquérito Civil nº 06.2019.00000763-4

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Hospital Santa Casa de Campo Grande e Secretaria Municipal de Saúde

Assunto: Apurar irregularidades na oferta de consultas ambulatoriais eletivas, especificamente, nos seguintes serviços do Hospital Santa Casa de Campo Grande: Serviço de Assistência de Alta Complexidade em Neurocirurgia do Trauma e Anomalias do Desenvolvimento; Serviço de Assistência de Alta Complexidade em Neurocirurgia da Coluna e dos Nervos Periférico; Serviço de Assistência de Alta Complexidade em Neurocirurgia dos Tumores do Sistema Nervoso; no Serviço de Assistência de Alta Complexidade em Neurocirurgia Vascular; e no Serviço de Assistência de Alta Complexidade em Tratamento Endovascular.

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00001543-4

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul



Requeridas: Vera Lúcia Fernandes Geraldi e Aurea Fernandes Geraldi

Assunto: Apurar o desmatamento de 13,36 hectares de vegetação nativa em área de Vegetação Ciliar Aluvial, na Fazenda Santa Stella (CARMS0041844), no Município de Chapadão do Sul/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 429/19/NUGEO Programa DNA Ambiental 2016-2017.

3. Inquérito Civil nº 06.2020.00001239-2

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Brilhante

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Elizeu Alcalde Cacere

Assunto: Apurar desmatamento de 1,05 hectares de vegetação nativa em área de Mata Atlântica, na fazenda Macauba do Barro Preto, localizada em Rio Brilhante.

Advogado: Sidney Foroni – OAB/MS nº 4.714.

4. Inquérito Civil nº 06.2022.00000371-3

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a falta de inscrição da propriedade Fazenda Salto e Santa Rosa (Gleba 10), matrícula 259.506, no Cadastro Ambiental Rural, o que, em tese, descumpra o artigo 29, §3º, do Código Florestal.

5. Inquérito Civil nº 06.2022.00000788-6

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Brilhante

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Alexandre Borges Lemes

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental em decorrência da manutenção de aproximadamente 1.300 peixes da espécie lambari e cambuja em tanques em propriedade localizada no Distrito de Prudêncio Thomaz, neste município de Rio Brilhante/MS.

Advogado: Marcio Pereira Costa Filho – OAB/MS nº 18.163.

6. Inquérito Civil nº 06.2022.00001112-4

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Fidelcina Barbosa Pinheiro

Assunto: Apurar a ausência de construção de cercas para isolamento da Área de Preservação Permanente do Rio Baía, a fim de impedir o acesso de animais bovinos em seu interior, na Fazenda Santa Virgínia, em Batayporã/MS, em descumprimento à Notificação nº 4964, conforme Relatório de Fiscalização Ambiental nº 083/3ºGPM/1ºPEL/5ºCIA/BPMA/2022.

7. Inquérito Civil nº 06.2023.00000385-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Juliana Oliveira dos Santos

Assunto: Apurar dano ambiental decorrente de maus-tratos a animal canídeo da raça Pitbull por falta de atendimento veterinário, levando-o a óbito.

8. Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000590-4

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande/MS

Assunto: Apurar possível violação de direitos de crianças e adolescentes em decorrência do fechamento de escola em Zona Rural da extensão Jacinto Matias Freire (Escola Municipal Leovegildo de Melo).

9. Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000329-4

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Paranaíba



Assunto: Apurar a regularidade ambiental da obra de canalização do Córrego Cabeceira do Aterro, no município de Paranaíba/MS.

10. Inquérito Civil nº 06.2021.00001062-1

7ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Três Lagoas

Assunto: Apurar eventual ilegalidade e a consequente responsabilidade no pregão presencial nº 149/2017 manejado pela Prefeitura de Três Lagoas para aquisição de medicamentos e insumos farmacêuticos para atendimento de pacientes do SUS no valor de R\$ 1.575.000,00, em que se sagrou vencedora a Drogaria Odeon Ltda.

2.1.6. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:

1. Inquérito Civil nº 06.2017.00001388-3

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados, Jomar Alliance Papelaria e Inf. Ltda - ME

Assunto: Apurar notícia indicativa de eventuais irregularidades, consistentes no superfaturamento de produtos objeto de registro de preços de materiais de papelaria, no município de Dourados.

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00001734-3

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anaurilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Alechandrina Lemes de Oliveira e Oscar Wilde Bezerra de Oliveira

Assunto: Apurar desmatamento de 1,94 hectares em área de Mata Atlântica, no Sítio Mãe Rainha, em Anaurilândia/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 70/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

3. Inquérito Civil nº 06.2023.00000618-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Dionaldo Venturelli Júnior

Assunto: Regularizar e reparar os danos ambientais decorrentes da supressão de 64,9981 hectares de vegetação nativa remanescente, no interior do imóvel rural Fazenda Nossa Senhora Aparecida, pertencente a Dionaldo Venturelli Júnior (CPF 044.050.761-89), sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes.

2.1.7. RELATORA-CONSELHEIRA FILOMENA APARECIDA DEPÓLITO FLUMINHAN:

1. Inquérito Civil nº 06.2023.00000154-1

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Marilsa Aparecida da Silva Baptista e Marcos Antonio Baptista

Assunto: Apurar a supressão de 10,23 hectares de vegetação do bioma Mata Atlântica, na Fazenda Santa Terezinha Parte 2, em Amambai, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico nº 69/22/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

2.1.8. RELATOR-CONSELHEIRO ROGÉRIO AUGUSTO CALÁBRIA DE ARAÚJO:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000336-7

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar o gerenciamento de resíduos da construção civil de obras públicas.

2. Inquérito Civil nº 06.2021.00000520-7

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Alair Ribeiro Fernandes

Assunto: Apurar a supressão de vegetação nativa de 2,31 hectares na Fazenda Santa Rita (antiga Fazenda Curvelo) sem a devida autorização legal, conforme Auto de Infração nº 6702.

**3. Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000330-6**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Paranaíba/MS

Assunto: Apurar a regularidade ambiental da obra de canalização do Córrego Estiva, no Município de Paranaíba/MS.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00001288-8

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Maria de Lourdes Machado

Assunto: Apurar eventual ilegalidade no duplo vínculo de Maria de Lourdes Machado, lotada na Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul - UEMS e vinculada à Secretaria Estadual de Educação, sendo que atualmente encontra-se cedida à Assembleia Legislativa do Estado, não mais laborando nas atividades de magistério (objeto originário do IC 27/2014/PJPPS/DD).

ESCOLA SUPERIOR**EXTRATO DE TERMO DE ACORDO – ESMP-MS**

Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00011151-4

Partes:

1 - Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, ESMP-MS, representada por seu Diretor-Geral, Fabio Ianni Goldfinger.

2 – Serviço Social do Comércio, SESC, Administração Regional no Estado de Mato Grosso do Sul, representada pela Diretora Regional, Regina de Fátima Freitas Carvalho Ferro.

Objeto: Atendimento na categoria Público em Geral – Parceiro/Dependente aos servidores/dependentes legais junto ao SESC nas diversas áreas de atuação: educação regular (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio), saúde, cultura, lazer e assistência, exceto odontologia e psicologia, mediante pagamento de taxas diferenciadas constantes na tabela de preços e de acordo com as normas que regem a instituição.

Amparo legal: Lei Federal nº 8.666/1993.

Vigência: 3.10.2023 a 3.10.2028.

Data da assinatura: 3.10.2023.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 61/PGJ/2018**

Processo: PGJ/10/3271/2018 – PGA 09.2023.00006491-5

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **ÁBACO TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO LTDA**, representada por seu sócio Administrador/Diretor Técnico **Lenil Kazuhiro Moribe**.

Procedimento licitatório: Inexigida, com fulcro no artigo 25, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93.

Amparo legal: Artigo 65, inciso I, alínea “b”, §1º e §2º, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Supressão de valor, no importe de R\$ 139.902,18 (cento e trinta e nove mil novecentos e dois reais e dezoito centavos).

Valor total do Contrato: R\$ 860.511,70 (oitocentos e sessenta mil quinhentos e onze reais e setenta centavos).

Vigência: 23.10.2023 a 26.11.2023.

Data de assinatura: 23 de outubro de 2023.

**EXTRATO DE NOTIFICAÇÃO**

Processo de Gestão Administrativa nº 09.2023.00007288-1

Notificada: Rednov Ferramentas Ltda

REDNOV FERRAMENTAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 45.769.285/0001-68, sediada na Rua Berta Mette, nº 149, no Bairro Itoupavazinha, CEP: 89.066-530, na cidade de Blumenau/SC, representada neste ato por Lenilso Luís da Silva, portador do RG e CPF nº 049.xxx.xxx-89 expedido pelo SESP/SC, fica notificada da aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA com fulcro no item 9.1.1 da Cláusula Nona da ARP nº 008/PGJ/2023, bem como da intenção deste Ministério Público em aplicar-lhe sanção de multa por inexecução parcial do objeto, no importe de 20% (vinte por cento) sobre o valor total empenhado, nos moldes do item 9.1.3 da Clausula Nona da ARP nº 008/PGJ/2023, o montante perfaz na quantia de R\$ 1.603,74 (um mil seiscentos e três reais e setenta e quatro centavos). A empresa deverá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, proceder com a entrega do material, qual seja, carregador para baterias. Ademais, poderá oferecer recurso e defesa prévia no mesmo prazo de 5 (cinco) dias úteis quanto as sanções acima citadas. Havendo interesse na obtenção de cópia reprográfica ou digital do processo administrativo vinculado ao instrumento contratual, deverão ser atendidas as disposições da Ordem de Serviço nº 01/2022-PGJ, de 21 de fevereiro de 2022, disponível em <https://www.mpms.mp.br/atos-e-normas/download/61147>. Os autos terão continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da Contratada, assegurando-se o contraditório e ampla defesa. Eventuais dúvidas poderão ser dirimidas no Departamento de Material e Patrimônio do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Rua Lília Oshiro, 105, Carandá Bosque, Campo Grande/MS, telefone (67) 3318-3980, no horário de expediente das 12h às 19h. Nada mais.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 0006/2023/25PJ/CGR**

A 25ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório no Inquérito Civil abaixo discriminado, à disposição de quem possa interessar na Rua da Paz, 134, 3º andar, centro, CEP 79002-190, Campo Grande/MS.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000457-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: CASSEMS - Caixa de Assistência dos Servidores do Estado do Mato Grosso do Sul com sede na Rua Antônio Maria Coelho, nº 6065, Vivendas do Bosque - Campo Grande MS.

Assunto: apurar eventual irregularidade cometida pela CASSEMS em negar atendimento "home care" aos seus beneficiários que estão abrigados em instituições ou casas de acolhimento.

Campo Grande/MS, 20 de outubro de 2023.

FABRÍCIO PROENÇA DE AZAMBUJA

Promotor de Justiça



PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

BELA VISTA

EDITAL Nº 39/2023/PJ/BVT

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, nº 1541, Centro - CEP: 79260-000, Bela Vista/MS, Telefone: (67) 2020-9322/(67) 2020-9323.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000999-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Agrícola Centro Oeste Ltda.

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 7,15478 hectares de corte de árvores em leiras, na Fazenda Três Cerros, em Bela Vista/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração n. 010394/2022 e Laudo de Constatação n. 013517/2022 (Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul-IMASUL).”

Bela Vista/MS, 19 de setembro de 2023.

ALEXANDRE ROSA LUZ

Promotor de Justiça em substituição legal

EDITAL Nº 0040/2023/PJ/BVT

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, nº 1541, Centro - CEP: 79260-000, Bela Vista/MS, Telefone: (67) 2020-9322/(67) 2020-9323.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000975-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Rubens Rodrigues

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental de 1 (um) capão de 18 hectares em área de vegetação nativa em área de Reserva Legal, na Fazenda Gaete, em Bela Vista/MS, conforme o Auto de Infração n. 011336/2022 e Laudo de Constatação n. 014623/2022.”

Bela Vista, 19 de setembro de 2023.

ALEXANDRE ROSA LUZ

Promotor de Justiça em substituição legal

EDITAL Nº 0041/2023/PJ/BVT

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000 Telefone: (67) 2020- 9322/(67) 2020-9323. 3439-1991.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000157-4

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Prefeitura Municipal de Bela Vista/MS

Assunto: Apurar denúncia quanto a suposto descuido com o patrimônio público, consoante ao mau uso de máquina de fabricação de blocos a qual pertence à Prefeitura de Bela Vista/MS.

Bela Vista/MS, 19/09/2023

JANAINA SCOPEL BONATTO

Promotora de Justiça em substituição legal

**EDITAL Nº 0042/2023/PJ/BVT**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto n.º 1541, Centro, CEP: 79260-000, Bela Vista/MS, Telefone: (67) 2020-9322/(67) 2020-9323

Inquérito Civil nº 06.2023.00000913-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fertiplantas Comércio de Produtos Agrícolas LTDA. - EPP.

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 2,7 hectares em Área de Preservação Permanente, na Fazenda Paraíso, em Caracol/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Manifestação Técnica nº. 266/2022/IMASUL.

Bela Vista, 19 de setembro de 2023.

ALEXANDRE ROSA LUZ

Promotor de Justiça em substituição legal

EDITAL Nº 0043/2023/PJ/BVT

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, nº 1541, Centro, CEP 79260-000, Bela Vista/MS, telefone: (67) 2020- 9322/(67) 2020-9323.

Inquérito civil nº 06.2023.00000919-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Antolina Carvalho

Assunto: “a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 0,83 hectares em área declarada como Consolidada e Área de Reserva Legal, na Fazenda Divisa - Parte IV, em Caracol/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 372/23/NUGEO (Programa DNA Ambiental)”.

Bela Vista/MS, 19 de setembro de 2023.

ALEXANDRE ROSA LUZ

Promotor de Justiça em substituição legal

EDITAL Nº 0044/2023/PJ/BVT

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, nº 1541, Centro - CEP: 79260-000, Bela Vista/MS, Telefone: (67) 2020-9322/(67) 2020-9323.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000933-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Irani Eberhard

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 3,50 hectares em área declarada como Reserva Legal e Área de Preservação Permanente, na Fazenda Rancho Cuê, em Bela Vista/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 330/23/NUGEO. (Programa DNA Ambiental).”

Bela Vista/MS, 19 de setembro de 2023.

ALEXANDRE ROSA LUZ

Promotor de Justiça em substituição legal

**EDITAL Nº 0045/2023/PJ/BVT**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, nº 1541, Centro, CEP: 79260-000, Bela Vista/MS, telefone: (67) 2020- 9322/(67) 2020-9323

Inquérito Civil nº 06.2023.00000909-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridas: Edna Maria Bianchi Cardinal, Heloisa Bianchi Cardinal Rezek

Assunto: "Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 4,70 hectares em área de Reserva Legal Proposta e Área de Preservação Permanente, na Fazenda Santa Terezinha, em Bela Vista/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 130/23/NUGEO (Programa DNA Ambiental)".

Bela Vista/MS, 19 de setembro de 2023.

ALEXANDRE ROSA LUZ

Promotor de Justiça em substituição legal

EDITAL Nº 0046/2023/PJ/BVT

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, CEP 79260-000, Bela Vista/MS, telefone: (67) 2020- 9322/(67) 2020-9323.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000905-5

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Juliano Martins Cabral

Assunto: "Apurar ilícito ambiental consistente em abater animais da fauna silvestre brasileira, sem licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida, cometido, em tese, por Juliano Martins Cabral."

Bela Vista/MS, 19/09/2023

ALEXANDRE ROSA LUZ

Promotor de Justiça em substituição legal

EDITAL Nº 0047/2023/PJ/BVT

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, CEP 79260-000 Bela Vista/MS, telefone: (67) 2020- 9322/(67) 2020-9323.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000911-1

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: José Luiz dos Reis Chaves

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 24,03 hectares de vegetação nativa, bem como 125,2 hectares de corte de árvores nativas isoladas, na Fazenda Estrela, em Bela Vista/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de infração n. 010024/2022 e Laudo de Constatação n. 013087/2022.

Bela Vista/MS, 19 de setembro de 2023.

ALEXANDRE ROSA LUZ

Promotor de Justiça em substituição legal

**EDITAL Nº 0048/2023/PJ/BVT**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, nº 1541, Centro - CEP: 79260-000, Bela Vista/MS, Telefone: (67) 2020-9322/(67) 2020-9323.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000877-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: João Paulo Noriller de Almeida; e Jovina Braz Ferreira Escobar

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 6,17 hectares em área declarada como Remanescente de Vegetação Nativa e Reserva Legal, na Chácara Vitória, em Caracol/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 159/23/NUGEO (Programa DNA Ambiental).”

Bela Vista/MS, 21 de setembro de 2023.

JANAINA SCOPEL BONATTO

Promotora de Justiça em substituição legal

EDITAL Nº 0049/2023/PJ/BVT

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, nº 1541, Centro - CEP: 79260-000, Bela Vista/MS, Telefone: (67) 2020-9322/(67) 2020-9323.

Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil nº 09.2023.00009757-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Conselho Tutelar de Bela Vista (MS)

Assunto: “recomendar ao conselho tutelar e Casa de Acolhimento de Bela Vista, para que ambos deem cumprimento às disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em relação ao acolhimento institucional de pessoas em desenvolvimento.”

Bela Vista/MS, 25 de setembro de 2023.

JANAINA SCOPEL BONATTO

Promotora de Justiça em substituição legal

EDITAL Nº 050/2023/PJ/BVT

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, nº 1541, Centro - CEP: 79260-000, Bela Vista/MS, Telefone: (67) 2020-9322/(67) 2020-9323.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000883-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: José Martin Ocariz Nunez Rondon, José Rodrigo Ocariz Nunes Rondão.

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 31,04 hectares de vegetação nativa em área declarada como Reserva Legal, na Fazenda San Martin, em Bela Vista/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 155/23/NUGEO (Programa DNA Ambiental).”

Bela Vista/MS, 26 de setembro de 2023.

JANAINA SCOPEL BONATTO

Promotora de Justiça em substituição legal

**EDITAL Nº 0051/2023/PJ/BVT**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, nº 1541, Centro - CEP: 79260-000, Bela Vista/MS, Telefone: (67) 2020-9322/(67) 2020-9323.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000982-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fabio Vinharski Derzi

Assunto: “Apurar a regularidade jurídica-ambiental da supressão vegetal de 30,201 hectares em área destinada ao corte de árvores nativas isoladas, bem como de 2,03 hectares de capões destinados ao corte de árvores nativas e de 1,053 hectares em área remanescente de vegetação nativa proposta para Reserva Legal, na Fazenda Dois de Ouros II, em Bela Vista/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração de n. 012197/2023 e Laudo de Constatação n. 015602/2023”.

Bela Vista/MS, 29 de setembro de 2023.

JANAINA SCOPEL BONATTO

Promotora de Justiça em substituição legal

EDITAL Nº 0052/2023/PJ/BVT

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, nº 1541, Centro - CEP: 79260-000, Bela Vista/MS, Telefone: (67) 2020-9322/(67) 2020-9323.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000974-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Agropecuária Lobo Guará LTDA

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 163,8751 hectares de vegetação nativa, na Fazenda Paraíso da Margarida, em Bela Vista/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração nº 008703/2021 e Laudo de Constatação nº 011512/2023.”

Bela Vista/MS, 29 de setembro de 2023.

JANAINA SCOPEL BONATTO

Promotora de Justiça em substituição legal

EDITAL Nº 0053/2023/PJ/BVT

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, nº 1541, Centro - CEP: 79260-000, Bela Vista/MS, Telefone: (67) 2020-9322/(67) 2020-9323.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000956-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Antônio da Silva

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 20,24 hectares em área declarada como Remanescente de Vegetação Nativa, na Fazenda Nova Encantada, em Caracol/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico nº 161/23/NUGEO (Programa DNA Ambiental).”

Bela Vista/MS, 29 de setembro de 2023.

JANAINA SCOPEL BONATTO

Promotora de Justiça em substituição legal

**EDITAL Nº 0054/2023/PJ/BVT**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, nº 1541, Centro - CEP: 79260-000, Bela Vista/MS, Telefone: (67) 2020-9322/(67) 2020-9323.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000906-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Katia Aline Ueno

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 11,75 hectares de vegetação nativa, na Fazenda Cedro, em Bela Vista/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatório de Informações Complementares nº 009/2ºGPMA/2023.”

Bela Vista/MS, 29 de setembro de 2023.

Janaina Scopel Bonatto

PROMOTORA DE JUSTIÇA EM SUBSTITUIÇÃO LEGAL

DOURADOS

EDITAL Nº 0014/2023/11PJ/DOS

A 11ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública instauração de Inquérito Civil, a partir da evolução da Notícia de Fato n. 01.2023.00002580-0, que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto, n. 400, Jardim Santo Antônio ou através site <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00001076-2

Requerente: Cristiane Oliveira Nogueira Camara.

Investigado: Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - SANESUL, Ambiental MS Pantanal SPE S.A.

Assunto: Apurar as medidas de correção dos passivos e compensação ambientais cabíveis em face dos danos ambientais irreversíveis decorrentes do extravasamento de esgoto sanitário, próximo à Rua Alameda das Acácias, 305, Portal de Dourados, atingindo o Córrego Laranja Doce e nascentes próximas.

Dourados, 19 de outubro de 2023.

AMÍLCAR ARAÚJO CARNEIRO JÚNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0015/2023/11PJ/DOS

A 11ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública instauração de Inquérito Civil, a partir da evolução da Notícia de Fato n. 01.2023.00003013-6, que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto, n. 400, Jardim Santo Antônio ou através site <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00001104-0

Requerente: Guarda Municipal de Dourados/MS - GMD.

Investigados: Eunice Michelini e Aquiles Paulus.

Assunto: Apurar os danos ambientais decorrentes da queimada de 1,67 ha de APP e 0,07 ha em área de Reserva Legal no Sítio Laranja Doce (CARMS14922), Dourados/MS.

Dourados, 19 de outubro de 2023.

AMÍLCAR ARAÚJO CARNEIRO JÚNIOR

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0016/2023/11PJ/DOS**

A 11ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública instauração de Inquérito Civil, a partir da evolução da Notícia de Fato n. 01.2023.00003013-6, que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto, n. 400, Jardim Santo Antônio ou através site <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00001105-0

Requerente: Guarda Municipal de Dourados/MS - GMD.

Investigado: Eurindo Fernandes

Assunto: Apurar os danos ambientais decorrentes da queimada ocorrida em 08/09/2022, que atingiu de 0,67 ha de Área de Preservação Permanente – APP e 2,78 ha de Reserva Legal, na propriedade de Lote 4 da Quadra 11 CARMS74068, Dourados/MS

Dourados, 19 de outubro de 2023.

AMÍLCAR ARAÚJO CARNEIRO JÚNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0017/2023/11PJ/DOS

A 11ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública instauração de Inquérito Civil, a partir da evolução da Notícia de Fato n. 01.2023.00003013-6, que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto, n. 400, Jardim Santo Antônio ou através site <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00001106-1

Requerente: Guarda Municipal de Dourados/MS - GMD.

Investigados: Silvio da Silva Araujo e Neide da Silva Araujo.

Assunto: Apurar os danos ambientais decorrentes da queimada ocorrida em 08/09/2022, que atingiu 0,20 ha de Área de Preservação Permanente – APP e 5,45 ha de Reserva Legal, na propriedade de Lote 5 da Quadra 11 CARMS64384, Dourados/MS.

Dourados, 19 de outubro de 2023.

AMÍLCAR ARAÚJO CARNEIRO JÚNIOR

Promotor de Justiça

PARANAÍBA

EDITAL Nº 0029/2023/01PJ/PBA

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Paranaíba/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua José Robalinho da Silva, nº 215, Jardim Santa Mônica - CEP 79500-000, Paranaíba/MS, Telefone: (67) 2020-9365.

Inquérito Civil nº 06.2023.00001154-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Adailson Gonçalves de Oliveira

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 2,7 hectares em Área de Preservação Permanente e de Reserva Legal, integrantes do Bioma Mata Atlântica, na Fazenda Cachoeira/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatório de Fiscalização Ambiental n. 016/3ºGPMA/1ºPEL/CIA/BPMA/2023.

Paranaíba, 17 de outubro de 2023.

JULIANA NONATO

Promotora de Justiça